

As inundações de Lisboa de 1967 como acontecimento mediático no Rádio Clube Português

The Lisbon floods of 1967 as a media event at Rádio Clube Português

Las inundaciones de Lisboa de 1967 como acontecimiento mediático en Rádio Clube Português

https://doi.org/10.14195/2183-5462_35_11

Cláudia Henriques

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade - CECS

Resumo

Na noite de 25 de novembro de 1967 uma catástrofe de chuva e lama abate-se inesperadamente sobre Lisboa. Num Estado sem capacidade de reação, nem dispositivos censórios capazes de conter a inevitável torrente de informação sobre um acontecimento desta envergadura, a tragédia revela-se brutal e por demais visível, com números esmagadores, que a Censura tenta, mas não consegue controlar totalmente. Antes das manchetes da manhã seguinte, é através do Rádio Clube Português, numa emissão contínua que contrasta com o silêncio da estação oficial do Estado Novo, que se ouvem as primeiras notícias sobre as inundações. Este artigo aborda a catástrofe de 1967 enquanto acontecimento mediático, recorrendo à análise qualitativa dos sons de arquivo do RCP e a entrevistas a antigos jornalistas da estação. O objeto empírico é enquadrado historicamente e estudado, no âmbito dos estudos dos média, à luz das teorias do acontecimento de autores como Dayan e Katz, Kepplinger e Habermeyer, Nora ou Quéré.

Palavras chave

RCP; inundações; acontecimento; jornalismo radiofónico; história da rádio

Abstract

On the night of November 25, 1967 a rain and mud strikes Lisbon unexpectedly. In a state with no responsiveness and no censorship devices capable of containing the inevitable torrent of information about such an event, the tragedy proves to be brutal and too visible. The event has overwhelming numbers, which censorship attempts but cannot fully control. Before the next morning's headlines, it is through Rádio Clube Português, in a continuous broadcast that contrasts with the silence of the Estado Novo official station, that the first news about the floods are heard. This article addresses the 1967 catastrophe as a media event, using qualitative analysis of RCP archival sounds and interviews with former journalists of the station. The empirical object is historically framed and studied, within the scope of

media studies, in the light of the theories of the event of authors such as Dayan and Katz, Kepplinger and Habermeier, Nora or Quéré.

Keywords

RCP; floods; media event; radio journalism; radio history

Resumen

En la noche del 25 de noviembre de 1967, una catástrofe de lluvia y barro azota inesperadamente a Lisboa. En un estado sin capacidad de respuesta y sin dispositivos de censura capaces de contener el torrente inevitable de información sobre tal evento, la tragedia demuestra ser brutal y demasiado visible, con números abrumadores, que la Censura intenta, pero no puede controlar por completo. Antes de los periódicos de la mañana siguiente, es a través de Rádio Clube Português, en una transmisión continua que contrasta con el silencio de la estación oficial del Estado Novo, que se escuchan las primeras noticias sobre las inundaciones. Este artículo aborda la catástrofe de 1967 como un acontecimiento mediático, utilizando análisis cualitativos de los sonidos de archivo RCP y entrevistas con ex periodistas de la estación. El objeto empírico se enmarca históricamente y se estudia, dentro del alcance de los estudios de medios, a la luz de las teorías del acontecimiento de autores como Dayan y Katz, Kepplinger y Habermeier, Nora o Quéré.

Palabras clave

RCP, inundaciones, acontecimiento, periodismo radiofónico, historia de la radio

Era ao cair da tarde — e havia mortos.

Todos muito juntos, enlameados, compridos.

Pedro Alvim¹

As inundações de 1967, mais de 50 anos volvidos, são ainda pouco investigadas. No plano académico, têm sido estudadas, essencialmente, pelo prisma da geografia e do ordenamento do território. No campo da história, os trabalhos de Miguel Cardina, individualmente (Cardina, 2008) ou em parceria (Costa et al., 2014, 2016), constituem uma referência para se pensar a catástrofe nas suas causas e efeitos políticos e sociais. Accornero (2009) e Araújo (2011) dão contributos nas suas teses de doutoramento, estudando as cheias do ponto de vista da mobilização estudantil e do ativismo católico. Luísa Tiago de Oliveira (2013) introduz o tema no estudo das dinâmicas estudantis do Instituto Superior Técnico, convocando as memórias de antigos estudantes e dirigentes.

No campo dos estudos dos média este tema permanece inexplorado, a pedir contributos aprofundados. Este artigo, que cruza os estudos dos média e a história da rádio, olha para as inundações de 1967 enquanto acontecimento mediático, num

¹ Da crónica “Os mortos e os fósforos”, de Pedro Alvim (1968), escritor e jornalista do *Diário de Lisboa* que cobriu a tragédia.

tempo em que o jornalismo radiofónico, pela mão do Rádio Clube Português (RCP), conhece um impulso decisivo.

Sendo a dimensão mediática o nosso foco principal, entendemos, igualmente, que o edifício histórico, designadamente a realidade social e política que o acontecimento revela, é determinante para iluminar e problematizar o nosso objeto. Entendemos que pensar o acontecimento enquanto entidade mediática exige que a ele não sejam retiradas as variáveis da história que o fazem ter determinada feição e não outra. A proposta de Asa Briggs e Peter Burke (2006, p. 10) é inspiradora: “mostrar a importância do passado em relação ao presente, trazendo a história para o interior dos estudos dos média, e os média para dentro da história”.

É a partir da cobertura jornalística do RCP que analisamos esta catástrofe enquanto acontecimento mediático. Não obstante, lançamos também um olhar sobre a cobertura da imprensa e (o silêncio) da Emissora Nacional (EN), que serve não para uma análise comparativa estruturada, mas como enquadramento e contraponto ao nosso objeto.

1. A catástrofe natural como acontecimento mediático

No início da década de 1970, Pierre Nora (1987) decretou o “regresso do acontecimento” à história. Na base deste “regresso” estava a experiência vivida nos dias agitados do Maio de 1968. Nora (1991, p. 46) acolheu na varanda da sua casa, com vista para os confrontos de Paris, um jornalista da rádio Europe 1 que cobria o acontecimento. Ao mesmo tempo que assistia em direto ao acontecimento, era também testemunha da capacidade da rádio em transmiti-lo e amplificá-lo. Para o historiador, torna-se claro que, no final do século XX, “o monopólio da história” pertence aos média (Nora, 1987, p. 245), e que “não há acontecimento sem os média” (Nora, 1991, p. 47). Os média participam da natureza do acontecimento, e é a partir destes que ele faz prova de vida.

No campo dos estudos dos média, a proposta de Dayan e Katz (1999) revelou-se fundamental para a teorização do acontecimento mediático. Porém, para estes autores, acontecimentos noticiosos e acontecimentos mediáticos não são sinónimos. Se os primeiros “falam de acidentes, de desordem”, os segundos “celebram a ordem e a restauração” (Dayan & Katz, 1999, p. 24). O trabalho teórico dos autores incide especificamente sobre os acontecimentos transmitidos em direto pela televisão – em especial, os acontecimentos cerimoniais –, previamente planeados e negociados, e que apelam ao consenso social. De fora, ficam os acontecimentos jornalísticos que irrompem nos média e são selecionados através dos critérios de noticiabilidade. “Estamos interessados, sim, no funeral de Kennedy – um grande ceremonial – e não no assassinio de Kennedy, um grande acontecimento noticioso”, vincam Dayan e Katz (1999, p. 24).

Para Quéré (2005, p. 61), os acontecimentos importantes são inesperados: “Quando se produzem não estão conectados aos que os precederam nem aos elementos do contexto: são descontínuos relativamente a uns e a outros e excedem as possibilidades previamente calculadas”. São acontecimentos que “irrompem na superfície lisa da história de entre uma multiplicidade aleatória de factos virtuais”. (Rodrigues, 1999, p. 27)

Este estudo remete para um tipo de acontecimento, a catástrofe, que “opera uma ruptura inesperada na ordem das coisas” (Rebelo, 2006, p. 19). Na sua relação com os média, se recorrermos à taxonomia de Kepplinger e Habermeier (1995), a catástrofe é um

acontecimento “genuíno”, ou seja, independente dos média, contrastando com os acontecimentos “mediados” (influenciados pelos média) e “encenados” (para os média). No entanto, estes conceitos são porosos. Como Mário Mesquita (2003, p. 33) sublinha, mesmo tratando-se de acontecimentos imprevistos, “como as catástrofes ou os acidentes, passada uma primeira fase de desorientação, o teatro do poder rapidamente se instala de forma a assegurar o controlo estratégico da narrativa mediática”. Não é por ser “genuíno” que o acontecimento deixa de ser apropriado, alimentado, e valorado pelos média.

Neste estudo, contrariando a perspetiva com que Dayan e Katz definiram o conceito de acontecimento mediático, e servindo-nos da reflexão crítica de Mesquita (2003, p. 359 ss.), entendemos que uma catástrofe como a de 1967, nos antípodas da harmonia que é marca de água do cerimonial, também se constitui como acontecimento mediático. É-o, no sentido amplo de acontecimento que recebeu uma atenção privilegiada dos média, designadamente do RCP, provocando a interrupção da emissão e monopolizando a agenda noticiosa durante alguns dias.

Apesar das diferenças conceptuais já referidas, as propostas teóricas de Dayan e Katz não deixam de ser uma importante referência para um estudo como este, que reflete sobre um acontecimento disruptivo. Se, por um lado, as catástrofes não se encaixam no planeamento das “telecerimónias”, por outro, muitas são as características partilhadas: a interrupção da rotina, o monopólio exercido, o direto, a mobilização de grandes audiências (Dayan & Katz, 1999, pp. 20-24).

Pierre Nora (1987, p. 249) apelidou os acontecimentos de “vulções da actualidade”, e lançou pontes para que a história recente e o campo mediático não se estranhassem. O “regresso do acontecimento” à história, contra a longa duração dos Annales, significou um alento para a não marginalização dos média e dos acontecimentos mediáticos na compreensão das dinâmicas do presente e do passado. Significou também a valorização da “inteligência narrativa” da história (Ricoeur, 1991), capaz de dar contexto e perspetiva aos acontecimentos que nascem, crescem e morrem nos média.

2. As inundações de 1967: acontecimento mediático em regime de censura

O acontecimento das cheias não pode ser visto apenas pelo prisma da teorização do acontecimento mediático, que enquadra, sobretudo, realidades mais recentes em contexto de democracia. É no quadro do cerceamento de liberdades no Portugal dos anos 1960 que este acontecimento se explica e adquire força e alcance singulares.

Um acontecimento imprevisto é, por definição, inimigo de um regime que rejeita a liberdade de informação e pensamento. Um regime munido de um dispositivo censório privilegia a estabilidade e o consenso, que tendem a ser postos em causa quando, inesperadamente, um acontecimento irrompe. É a partir destas premissas que indagamos o acontecimento em estudo.

O Secretariado Nacional da Informação (SNI) superintendia a censura à rádio, mas em moldes diferentes dos da imprensa (Franco, 1993; Carvalho, 1999). A rádio não ia à Censura diariamente para obter o visto do “lápiz azul” como os jornais. A Censura estava na rádio. O RCP tinha, desde os anos 1950, um serviço interno de fiscalização, que, se no início tinha apenas funções técnicas, rapidamente se transformou em serviço censório (Cristo, 2005, p. 81).

Em 1967, o responsável pelo serviço de fiscalização era Moita de Deus, funcionário do RCP, em colaboração com o delegado do governo junto do RCP (e demais estações particulares), António Neves Martinha. Martinha é nomeado em 1965,

com a finalidade de (...) superintender e coordenar as actividades das mesmas Estações. Espera-se conseguir (...) uma visão de conjunto dos problemas que afectam a produção radiofónica particular, nomeadamente no capítulo da informação, e, consequentemente, uma maior harmonia (...), imprimindo-lhes [aos postos de rádio] um carácter homogéneo.²

À estrutura de censura interna competia escutar a emissão em permanência e gravá-la de forma sistemática, por forma a possibilitar a censura *a posteriori* (Azevedo, 1999, p. 74), o que se revelava difícil no caso dos noticiários, emitidos em direto.

João Paulo Guerra, noticiarista do RCP entre 1963 e 1973, explica que as rotinas produtivas dos noticiaristas estavam muito ligadas aos telexes recebidos das agências de informação estrangeiras (France Presse e Reuters), para além da portuguesa ANI (Agência de Notícias e Informação), mas a sua divulgação dependia da autorização da Censura:

Nós recebíamos os telexes ao mesmo tempo que a Censura e, portanto, as notícias, por princípio, estavam todas suspensas. As notícias estão todas numeradas e, de tempos a tempos, vem uma coisa da Censura a dizer, por exemplo: “Serviço da France Presse, das notícias 14 à 27, a 16 está totalmente cortada, a 20 tem o segundo parágrafo cortado e o resto está livre”. Mas isto era teórico, porque a gente no Rádio Clube não estava à espera disto. Muitas vezes dávamos a notícia antes. Se morreu o De Gaulle nós não ficávamos à espera que a Censura libertasse aquilo, dávamos a notícia.³

A suspensão prévia das notícias era comum aos outros média, mas como refere o jornalista Adelino Gomes, à época no RCP, “os jornais só saíam à tarde ou no dia seguinte, e aí a rádio, pelas suas características, tinha a possibilidade de antecipar a notícia”.⁴

A transmissão do acontecimento das cheias no RCP, na noite de 25 para 26 de novembro de 1967, vai beneficiar da emissão em direto, das características da censura à rádio em ambiente “caseiro” e *a posteriori*, e das especificidades do próprio meio (continuidade, mobilidade, instantaneidade e democraticidade⁵ do som), que davam alguma margem de manobra aos noticiaristas para “furarem” o sistema (Cristo, 2005, pp. 88-89).

Embora alguns autores falem num agravamento dos mecanismos de censura nos anos 1960, mercê da eclosão da guerra colonial e da crise académica (Azevedo,

² Arquivo Nacional Torre do Tombo, Secretariado Nacional de Informação, Correspondência sobre rádio (1964-1970), Cx. 1386, Ofício enviado do SNI aos Emissores Associados de Lisboa (1965, 18 de novembro).

³ Entrevista pessoal a João Paulo Guerra, Lisboa (2014, 07 de maio).

⁴ Entrevista pessoal a Adelino Gomes, Lisboa (2015, 19 de junho).

⁵ Num país que tinha, em 1970, mais de 25% de analfabetos (cf. <https://www.pordata.pt>), com graves assimetrias sociais e económicas, a rádio, face aos jornais e à televisão, era o meio mais acessível.

1999, p. 448; Franco, 1993, pp. 138-139), o episódio das cheias dá-se no ocaso do consulado de Salazar, a menos de um ano da subida ao poder de Caetano. Parece-nos que, neste período, há um certo refluxo censório, diferente do endurecimento vivido no início da década 1960 e daquele que se viveria a partir de 1970, gorada a “primavera marcelista” (Barreto, 1999). Sem essa distensão, mesmo que ténue, cremos que o RCP e a imprensa não teriam deixado um rasto tão significativo do acontecimento, como adiante veremos.

Isto não significa que o poder do som da rádio fosse subestimado. A reportagem que Guerra fez na madrugada das cheias é disso exemplo:

Chego ao RCP e então dizem-me que o Moita de Deus quer falar comigo. E eu chego lá e estava o Moita de Deus e o Dr. Martinha, que ia lá quando havia alguma “bronca”. Dizem-me: “Você excedeu-se um bocado”. Eu pergunto porquê. Eu tinha entrevistado pessoas, que moravam ali, em barracas. O que os incomodou é que eu tinha o som de uma mulher a gritar, um grito fundo, sonoro. E eles dizem que “é uma coisa alarmista” e que, se “tivesse passado por aqui pelos serviços, o grito não ia para o ar.”⁶

O caudal da informação no RCP haveria de diminuir, tal como aconteceu na imprensa. Guerra recorda que na manhã de 26 de novembro, pouco depois de ter recebido um telex da Censura a elogiar o trabalho da estação naquela noite, recebeu outro a dizer que estavam suspensas quaisquer notícias do RCP sobre o número de mortos.

3. A chuva que matou: de catástrofe natural a tragédia social

Na noite de 25 de novembro chuvas torrenciais abatem-se sobre a Grande Lisboa, naquela que foi considerada a pior catástrofe natural desde o terramoto de 1755. Loures, Vila Franca de Xira e Alenquer são alguns dos concelhos mais afetados. Atualmente, estima-se que tenham morrido mais de 500 pessoas, podendo o número ser superior a 700⁷. À época, a contabilidade de Salazar não foi além dos 468 mortos.

Os dados pluviométricos mostram que foi no Estoril que se verificou uma maior intensidade das chuvas; no entanto, foi junto às ribeiras do Jamor, de Odivelas, do Trancão e de Alenquer que o efeito das águas foi mais violento (Amaral, 1968; Ramos & Reis, 2001). É nestes territórios periféricos que ocorrem mais mortes e destruições. Há um descompasso evidente entre os locais onde a chuva mais caiu e aqueles onde mais matou.

O relato do comandante dos Bombeiros de Odivelas, escrito nas primeiras 48 horas da tragédia, é elucidativo da velocidade da intempérie e prenúncio do elevado número de mortos que se verificaria:

Às 23h40 estava consumada a grande catástrofe com todas as estradas cortadas para Odivelas, e centenas de pessoas a gritar pedindo para as salvar (...).

⁶ Entrevista pessoal a João Paulo Guerra, Lisboa (2014, 07 de maio).

⁷ Rebelo (1997, 2008) e Costa et al. (2014, 2016) consideram que terão morrido mais de 500 pessoas. Para Ramos & Reis (2001) e Pimentel (2013), a catástrofe causou cerca de 700 mortos.

Às 4h00 da madrugada (...) começaram a chegar cadáveres de homens, mulheres e crianças (...). Às 16h estavam depositados no nosso Quartel 61 cadáveres.⁸

Na primeira sessão da Assembleia Nacional depois da catástrofe, Mário de Figueiredo faz uma intervenção que espelha os argumentos em que o regime se escudará para minimizar a catástrofe: por um lado, o Governo foi eficaz e “tomou as disposições que julgou mais adequadas na emergência”; por outro, as mortes e destruições são produto da “fúria dos elementos”⁹. Um mês e meio depois, o deputado Sebastião Alves enaltece a “onda de caridade cristã”¹⁰ gerada, sobrepondo-a à própria tragédia.

Para lá dos argumentos oficiais, esta catástrofe tem de ser entendida no quadro dos problemas sociais e económicos vividos na década de 1960. A tragédia torna flagrante um tecido suburbano feito de habitações clandestinas, precárias, construídas desordenadamente junto a ribeiras ou em leitos de cheias. Os estudantes¹¹, que acorrem em massa aos locais mais afetados (Cardina, 2008; Costa et al., 2014, 2016), denunciam: as populações vivem em “barracas, casebres, bairros da lata”; não existem “sistemas de segurança e socorros, prevenção de epidemias, redes de escoamentos das águas”; o auxílio às vítimas é deixado “ao sabor da iniciativa individual ou de organizações mais ou menos oficiais”; o poder político revela-se mais preocupado com a “mobilização moral” do que com a “mobilização humana, efectiva, de esforços, de permanência activa junto das populações”¹².

4. As notícias do dia seguinte

Os jornais de domingo, apesar de “visados pela Censura”, contrastam de tal modo com a modorra das edições dos dias anteriores que quase parecem escapar ao cerco da Censura. A força das manchetes e dos títulos principais é notória: “Chuva e morte: centenas de vítimas”¹³, “Duzentos mortos – balanço oficial da tragédia”¹⁴, “Noite dramática em Lisboa e arredores”¹⁵. No interior dos jornais, expressões como “dor”, “tragédia”, “miséria” ou “destruição e morte” dão espessura ao drama vivido.

Em quase todos os jornais, as notícias prolongam-se até dia 10 de dezembro, mas perdem intensidade quatro dias após a catástrofe, até desaparecerem por completo. No dia 2 de dezembro, o *República*, jornal da oposição, atualiza o número de mortos

⁸ Relatório de Fernando de Oliveira Aleixo, comandante dos Bombeiros Voluntários de Odivelas, de 27/11/1967. Disponível em <https://www.publico.pt/2017/11/12/sociedade/noticia/as-4h-da-manha-comecaram-a-chegar-cadaveres-de-homens-mulheres-e-criancas-1791976>

⁹ *Diário das Sessões*, IX Legislatura, n.º 101, 29/11/1967, p. 1881. Disponível em <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/dan/01/09/03/101/1967-11-28>

¹⁰ *Diário das Sessões*, IX Legislatura, n.º 115, 10/01/1968, p. 2171. Disponível em <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/dan/01/09/03/115/1968-01-09/2171>

¹¹ Segundo Cardina (2008), as inundações de 1967, juntamente com a eclosão dos movimentos estudantis internacionais e a rejeição da guerra colonial, foram um dos principais fatores que aceleraram a politização dos estudantes nos finais da década de 1960.

¹² *Solidariedade Estudantil* (1967, 04 de dezembro).

¹³ *Diário de Lisboa* (1967, 26 de novembro, 2.ª ed.).

¹⁴ *Diário Popular* (1967, 26 de novembro).

¹⁵ *Diário de Notícias* (1967, 26 de novembro).

para 468. É o máximo que as autoridades admitem. Com o passar dos dias, a ideia dominante é a de um país onde “após o caos, raiou a esperança”¹⁶.

Mas, se o *Diário da Manhã*, corria de transmissão do regime, preferiu salientar como consequências da catástrofe o movimento de solidariedade gerado, e como causas a ação da natureza, outros jornais e boletins foram mais fundo na problematização do que acontecera (Costa et al., 2014, 2016).

Fora dos circuitos dos média convencionais, o *Solidariedade Estudantil*, organizado pelas Associações de Estudantes de Lisboa, escapa à censura. Sem filtros, os estudantes questionam: “Como pode a chuva de algumas horas (...) provocar a morte de mais de meio milhão de pessoas, arrasar povoações inteiras, obstruir estradas, paralisar a vida, já bem precária aliás, de inúmeras populações?”¹⁷

O *Comércio do Funchal*, semanário que assumiu um relevante papel no contexto da resistência à ditadura, publica um editorial incómodo: “Nós não diríamos: foram as cheias, foi a chuva. Talvez seja mais justo afirmar: foi a miséria, miséria que a nossa sociedade não neutralizou, quem provocou a maioria das mortes”¹⁸.

Também os diários de grande tiragem intervieram neste debate. À fatalidade do desastre natural contrapõem perguntas retóricas que apontam num só sentido: a responsabilidade dos homens, implicitamente os detentores de poder¹⁹. O *Diário Popular*, por exemplo, três dias depois da tragédia, diz ser tempo de analisar o que aconteceu, indagando e denunciando: “Se a existência dessas construções e localizações de determinadas construções fosse outra, não teriam sido em menor número as habitações arrastadas pelas cheias de rios e ribeiros, pelas quedas de muros e terras?”²⁰

5. O acontecimento e a cobertura informativa do RCP

5.1. Noticiários e PBX: uma madrugada em direto

Na noite de sábado, por volta das 20.30h, José Nuno Martins saiu de casa, nos Olivais, rumo ao RCP²¹. Era repórter do PBX, um dos programas mais populares e marcantes do final da década de 1960, estreado a escassos dois meses da catástrofe (Santos, 2017a, p. 142 ss.).

Antes de chegar à Sampaio e Pina, José Nuno Martins ainda teria de fazer um desvio para uma reportagem. Ao chegar à Praça de Espanha sente o autocarro deter-se. Quem estava no autocarro é obrigado a sair, num cenário de “água pelos joelhos, enxurrada, e carros a boiar e a chocar uns com os outros”. Pegar no gravador foi o ímpeto imediato do repórter. José Nuno Martins regista, assim, as primeiras

¹⁶ *O Século Ilustrado* (1967, 09 de dezembro).

¹⁷ *Solidariedade Estudantil* (1967, 04 de dezembro).

¹⁸ *Comércio do Funchal* (1967, 10 de dezembro).

¹⁹ *Diário de Lisboa* (1967, 27 de novembro); *República* (1967, 27 de novembro); *Diário Popular* (1967, 29 de novembro); *O Primeiro de Janeiro* (1967, 29 de novembro).

²⁰ *Diário Popular* (1967, 29 de novembro).

²¹ Entrevista pessoal a José Nuno Martins, Lisboa (2014, 27 de outubro).

declarações dos bombeiros que vai encontrando, no eixo Praça de Espanha-António Augusto Aguiar-Marquês da Fronteira, antes de chegar ao RCP.

O radialista recorda-se de ter entrado no RCP cerca das 22h, “e de ser o primeiro a chegar e a trazer notícias”. Chegariam depois à rádio, espontaneamente, mais e mais profissionais, entre locutores, noticiaristas e técnicos.

O PBX, que só começava às 24h, vai para o ar mais cedo. Para além de antecipado, o programa prolonga-se muito para lá das duas horas habituais. José Nuno Martins afirma que a emissão só foi entregue de manhã à *Onda do Optimismo*, programa que começava às 8.30h. Até lá, toda a programação é interrompida e os seus profissionais integrados nesta superequipa que acompanha as cheias. “É uma emissão contínua, especial, assumida pelo RCP”, afirma José Nuno. As declarações do repórter do PBX mostram como as inundações comungam de alguns atributos dos acontecimentos mediáticos de Dayan e Katz (1999, p. 25), nomeadamente a interrupção da emissão e “o cancelamento dos programas agendados normalmente”²², indicadores da “grandiosidade do acontecimento”.

Nesta noite é fundamental a sinergia entre quem coordena a emissão e comunica o acontecimento ao microfone – no caso, Fialho Gouveia é o líder que gere a emissão, e Carlos Cruz o homem que está na cabine, a falar com o ouvinte²³ – e quem, na redação, recolhe e trata a informação.

João Paulo Guerra lembra uma madrugada agitada, com jornalistas a saírem para o terreno, e outros a receber, na estação, as informações do exterior²⁴. A partir dos quartéis dos bombeiros e de outros locais de crise, os repórteres telefonavam a informar sobre a dimensão da tragédia. Quem estava na redação recolhia a informação, redigia-a para ser lida ao microfone, e passava-a de imediato a quem estivesse em antena.

A única prova sonora desta emissão contínua é o registo de uma entrevista telefónica que Luís Filipe Costa faz ao proprietário da estação, Júlio Botelho Moniz, em direto, às 5.10h da madrugada. As declarações de Botelho Moniz, de defesa e autoelogio da estação a que preside, dão conta do empenho dos profissionais do RCP na produção de informação contínua sobre a tragédia:

Começo por felicitar e dar os parabéns ao programa PBX. (...) Mando também daqui um grande abraço ao nosso grande Filipe Costa, chefe dos nossos noticiários, e à sua equipa. (...) Fizemos apelos, coordenámos serviços, mantivemos informação permanente. (...) Fizemos tudo o que pudemos para manter o país informado do que se passou em Lisboa. (...) E, como sem-

²² No entanto, enquanto no caso do acontecimento cerimonial (por exemplo, a transmissão de um casamento real) a interrupção é pré-planeada, assim como o acontecimento é anunciado e publicitado com antecedência (Dayan & Katz, 1999, p. 22), a suspensão da programação em caso da catástrofe é inesperada e ganha uma urgência de notícia de última hora.

²³ Para além de Carlos Cruz e Fialho Gouveia, Paulo Cardoso era também um dos realizadores do programa, que era produzido pelos Parodiantes de Lisboa. Na função de repórteres passaram pelo PBX, referências do jornalismo como Adelino Gomes ou João Paulo Guerra, o que leva Matos Maia (2009, p. 339) a afirmar que “nunca um programa de rádio em Portugal teve uma equipa tão numerosa e qualificada”.

²⁴ Entrevista pessoal a João Paulo Guerra, Lisboa (2014, 07 de maio).

pre, o RCP esteve na primeira linha da informação. E esteve sempre a servir o país. Esteve sempre a servir a nação.²⁵

João Paulo Guerra sublinha, indiretamente, outras características do acontecimento mediático que estão patentes no caso das cheias: o incremento e a mobilização das audiências (Dayan & Katz, 1999, pp. 26-27). Segundo o jornalista, o RCP fez “um trabalho fantástico” de ligação com o ouvinte:

Não havia telefones móveis. (...) Mas, naquela altura, já existiam os transístores. Já existia rádio sem ser ligada à corrente, o que dava uma outra liberdade ao ouvinte. Rapidamente se propagou a ideia de que o RCP estava a cobrir isto, e as pessoas, ao longo da madrugada sintonizam o RCP. As próprias pessoas começam a telefonar ininterruptamente, pedindo e dando informações.²⁶

As memórias de José Nuno Martins vão no mesmo sentido:

Passei a noite a receber telefonemas, a “limpá-los”, e a pô-los no ar. Pusmos no ar dezenas de testemunhos de ouvintes. Depois, a certa altura, lembro-me que era já noite muito alta, e dissemos em antena que estávamos com fome. E as pessoas acorrem, de imediato, a levar-nos leite, bolos, pão, manteiga. Foi fantástico. E pedimos, em antena, aos bombeiros, para que quando regressarem aos quartéis viessem ao RCP [comer]. E houve um ou outro que veio.²⁷

A experiência narrada por quem viveu aquela noite de urgência na rádio vai ao encontro do que postula Quéré (2005) sobre o poder que o acontecimento tem de saltar da vida dos que são diretamente afetados por ele para o resto da população que recebe os seus ecos.

5.2. O acontecimento no contexto do jornalismo do RCP

Os anos 1960 trouxeram renovação ao jornalismo radiofónico em Portugal, através do RCP (Cristo, 2005; Bonixe, 2009; Santos, 2014), num tempo em que a imprensa também assistiu a uma série de mudanças na recomposição das redações, do perfil dos jornalistas e das suas práticas (Cabrera, 2006; Correia & Baptista, 2007).

Em 1960 é da cúpula do RCP, por iniciativa de Botelho Moniz, que Luís Filipe Costa, vindo da publicidade, é chamado a criar um Serviço de Noticiários. Com noticiários de curta duração, numa cadência informativa horária, inédita em Portugal, Filipe Costa tem ao seus dispor uma jovem equipa, organizada por turnos.

Pelos noticiários do RCP, ao longo dos anos 1960-1970, passaram profissionais como Manuel Bravo, João Paulo Guerra, Adelino Gomes ou Joaquim Furta-

²⁵ Arquivo Sonoro da Rádio e Televisão de Portugal, Fundo Rádio Clube Português, AHD9119-7, Entrevista a Júlio Botelho Moniz na noite das inundações (1967, 26 de novembro).

²⁶ Entrevista pessoal a João Paulo Guerra, Lisboa (2014, 07 de maio).

²⁷ Entrevista pessoal a José Nuno Martins, Lisboa (2014, 27 de outubro).

do. Estes jornalistas, designados “noticiaristas”²⁸, já não vão ser apenas os locutores que leem as notícias cortadas e coladas da imprensa, como era habitual na EN: são fazedores, eles próprios, dos textos que transmitem aos ouvintes (Cristo, 2005; Santos, 2014).

Progressivamente, a informação radiofónica vai-se libertando do peso formal dos textos escritos e chama a si frases curtas e sintéticas, de feição oral. As notícias agilizam-se e, ao microfone, ultrapassam-se as formas reverenciais de mencionar os cargos das figuras do Estado Novo e de hierarquizar as notícias (Cristo, 2005, p. 33 ss.; Santos, 2014, p. 186 ss.).

Para além das transformações formais, na linguagem e no estilo, o RCP também opera uma outra mudança não menos importante: a seleção de temas e a integração de figuras menos consensuais nos noticiários. Foi o caso, por exemplo, do assalto ao navio Santa Maria (1961), da queda de Goa (1961), do assassinato de Kennedy (1963), das inundações de Lisboa (1967) – nosso objeto de estudo –, ou da doença de Salazar (1969) (Santos, 2014, p. 189). As notícias das agências internacionais eram privilegiadas. Num programa de rádio de 1977, Luís Filipe Costa justifica: “dávamos muito poucas notícias do país para que o público radiouvinte se apercebesse, pelo contraste com o vasto noticiário do estrangeiro, de que, efetivamente, neste país não se passava nada”.²⁹

É este contexto de mutação e de construção do jornalismo radiofónico que, em nossa opinião, é decisivo para que o acontecimento-inundações tenha tido uma expressão única no RCP. A agilidade informativa dos noticiaristas – em associação com a dinâmica do programa noturno PBX –, numa estação preparada para emitir 24 horas por dia³⁰, favorece a “adoção” daquele acontecimento pelo RCP. Por outro lado, na redação do RCP está uma nova geração de “gente interessada num outro país”³¹, melhor preparada academicamente e mais politizada. Adelino Gomes salienta: “A maior parte de nós fez a sua aprendizagem política no próprio trabalho que íamos desenvolvendo, outros aprenderam connosco a olhar para o mundo e as coisas com olhos diferentes.”³²

Não deixa de ser curioso que uma estação que perflha e alimenta o discurso patriótico e nacionalista do Estado Novo, e que durante a guerra civil de Espanha foi um dos maiores esteios de Franco contra os republicanos (Pena Rodríguez, 1998, pp. 331-366; Balsebre, 2001, pp. 391-392) se empenhe, na década de 1960, na sedimentação de um serviço noticioso inovador e diferenciador face à concorrência.

²⁸ O processo de afirmação da profissão de jornalista radiofónico foi longo e difícil. Até 1975, os jornalistas da rádio não dispunham de carteira profissional de jornalista nem pertenciam ao Sindicato dos Jornalistas. Até alcançarem esse estatuto, estes profissionais eram designados “noticiaristas” e/ ou “redatores-locutores”.

²⁹ Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, *A Rádio no Tempo do Fascismo* [Programa de rádio]. Lisboa: RDP (1977, abril).

³⁰ Desde 1963 que o RCP emitia continuamente 24h por dia. O slogan entretanto lançado refletia essa nova temporalidade: “Sempre no Ar, Sempre Consigo” (Santos, 2014, p. 116). A Emissora Nacional e a Rádio Renascença só em 1970 acompanharão esta tendência (Santos, 2017b, p. 59).

³¹ Centro de Documentação 25 de Abril, *A Rádio no Tempo do Fascismo* [Programa de rádio]. Lisboa: RDP (1977, abril).

³² Centro de Documentação 25 de Abril, *A Rádio no Tempo do Fascismo* [Programa de rádio]. Lisboa: RDP (1977, abril).

Botelho Moniz, vimo-lo anteriormente, elogia com fervor, em direto, o trabalho dos jornalistas do RCP na madrugada das cheias. Este acontecimento, com toda a sua espetacularidade, é “acarinhado” e utilizado de forma instrumental para destacar a relevância do RCP, demarcando-o das restantes rádios.

Para Adelino Gomes, a atitude de Botelho Moniz de elogio permanente e de defesa intransigente da informação do RCP filia-se no valor estratégico e de prestígio que a esta reconhece:

No caso das cheias, Botelho Moniz dá os louros à informação e a Luís Filipe Costa, numa lógica de “nós somos os melhores”. Ele estava interessado em marcar uma posição face à EN. Não se trata de uma afirmação ideológica, mas sim de mostrar que o RCP tinha mais capacidade para fazer informação, tanto em termos técnicos como de recursos humanos e de capacidade de iniciativa. As cheias mostram como o RCP não tem concorrência; como as outras estações, por variadíssimas razões, são incapazes de competir.³³

O respaldo da administração em relação aos noticiários e aos profissionais do RCP é reflexo do aparecimento de uma nova geração de dirigentes à frente do RCP, que ascende na sequência da morte de Jorge Botelho Moniz. Júlio Botelho Moniz, filho do fundador, é “mais voltado para os negócios e menos para o combate ideológico” (Santos, 2018, p. 37). Sendo organicamente um homem do Estado Novo, Júlio é também alguém que detém poder económico, o que lhe confere, simultaneamente, independência e arrogância face ao regime, diz João Paulo Guerra.³⁴

Não raras vezes, o dono do RCP insurge-se contra a Censura e a PIDE. Guerra dá um exemplo em causa própria: “Uma vez fui fazer uma reportagem e a polícia apreendeu-me o gravador. À nossa frente, o Botelho Moniz chamou-lhes tudo ao telefone, com palavrões, aos gritos, com desprezo. Gritou à polícia, à PIDE!” Segundo o entrevistado, “Botelho Moniz defendia-nos aguerridamente e ao RCP, porque estava em causa a sua estação, a sua informação, os seus profissionais, o seu gravador. E isto era tolerado pelo regime porque ele era *O* próprio regime.”³⁵

5.3. A morte do acontecimento na Emissora Nacional

Vimos que o RCP considerou, de imediato, que o acontecimento das inundações tinha valor informativo. Não só deu notícia da tragédia como, através do PBX, fez uma emissão contínua, recebeu telefonemas dos ouvintes ao longo da madrugada, e enviou repórteres para o terreno (Cristo, 2005, p. 23; Maia, 2009, p. 340). A EN optou pelo silêncio.

O crítico da *Plateia* Pedro Santos elogiou desta forma a cobertura das cheias pelo RCP:

³³ Entrevista pessoal a Adelino Gomes, Lisboa (2015, 19 de junho)

³⁴ Entrevista pessoal a João Paulo Guerra, Lisboa (2014, 07 de maio).

³⁵ Entrevista pessoal a João Paulo Guerra, Lisboa (2014, 07 de maio).

Choveu todo o dia. Havia alarme em toda a cidade. À meia-noite, em RCP, no seu inestimável serviço de noticiário, anunciavam-se tragédias em perspectiva. O programa PBX (...) desenvolveu uma notável actividade, inquirindo constantemente dos Hospitais, dos Bombeiros, da Polícia, em reportagens no exterior, enfim, procurando identificar-se com a extensão da catástrofe, para logo lançar no ar os elementos conseguidos. (...) Os rapazes da Rádio, em RCP, entregaram-se totalmente à sua profissão, ao serviço da humanidade.³⁶

Por oposição, diz o crítico, a EN demitiu-se da sua obrigação informativa: “Deu-nos um noticiário de ‘Últimas Notícias’, em que nem uma palavra se referiu aos acontecimentos! E fechou, tranquilamente!”³⁷

O vazio deixado pela EN no tratamento desta catástrofe não significou apenas o calar do acontecimento. Se, durante esta catástrofe, os “rapazes” do RCP foram capazes de estabelecer uma ligação próxima com os ouvintes, a ação da rádio oficial traduziu-se numa manifestação de indiferença face aos atingidos. O testemunho de populares da região de Loures, no dia a seguir à tragédia, reflete esta atitude da EN e denuncia-a na sua inação e falta de empatia:

Começámos a pedir socorro às dez da noite, para toda a parte, mas ninguém fez nada, ninguém podia fazer nada. (...) Falámos para a Emissora, mas de lá disseram-nos que não podiam interromper a emissão, nem sequer correr o risco de alarmar o País...³⁸

5.4. Os sons nos locais do acontecimento

Entre os registos sonoros que sobreviveram à erosão do tempo e aos constrangimentos da preservação do som, encontram-se pequenas peças de reportagem³⁹ que introduzem vozes que vão além das personagens que, de algum modo, detêm poder. É nestas reportagens que ouvimos vítimas diretas da tragédia, estudantes que foram em seu auxílio, e bombeiros que estão no terreno.

Dayan e Katz (1999, p. 25) salientam, para os acontecimentos cerimoniais, a importância do direto a partir do local do acontecimento. No caso da rádio em Portugal, na década de 1960, os sons de arquivo mostram que os repórteres do RCP se deslocaram aos locais afetados, mas sem transmissões em direto a partir do local. Essa possibilidade estava-lhes tecnicamente vedada. João Paulo Guerra, que naquela madrugada se deslocou a Linda-a-Velha para cobrir o incêndio no paiol do Forte do Carrascal⁴⁰, explica:

³⁶ *Plateia* (1967, 12 de dezembro).

³⁷ *Plateia* (1967, 12 de dezembro).

³⁸ *Diário Popular* (1967, 26 de novembro).

³⁹ Arquivo Sonoro da RTP, Fundo RCP, AHD9119-8, Reportagem no Forte do Carrascal (1967, 26 de novembro); AHD9119-11, Reportagem no Carregado (1967, 27 de novembro); AHD9119-12, Reportagem em Odivelas (1967, 29 de novembro).

⁴⁰ Arquivo Sonoro da RTP, Fundo RCP, AHD9119-8, Reportagem no Forte do Carrascal (1967, 26 de novembro).

Só existiam diretos previstos. Pedia-se antecipadamente uma linha aos CTT. Os CTT montavam uma linha no sítio, eu ia lá com um telefone, ligava aos fios, dava à manivela e falava. Mais tarde apareceu o radiotelefone no carro. Até onde desse, conseguíamos, pelo menos, relatar. Mas em 1967 ainda não havia. Portanto, eu fui com um gravador, falei com as pessoas e gravei. Vim rapidamente para o Rádio Clube, dei os elementos para darem a notícia atualizada. E, entretanto, montei uma peça sobre aquilo⁴¹.

Na segunda feira, Fernando Quinas desloca-se à aldeia de Quintas, que foi, talvez, o caso mais emblemático da tragédia⁴². No posto da Polícia de Trânsito do Carregado, o repórter fica a saber que no terreno, no auxílio às vítimas, apenas estão esta corporação, os bombeiros e as pessoas locais. Elementos do exército ou da marinha, apesar de solicitados, “ainda não chegaram cá”, diz um agente.

No Hospital de Vila Franca de Xira, o presidente da junta de freguesia do Carregado transmite a dura realidade de uma aldeia submersa, em estado de sítio:

Admitimos que se fala num cento e meio de mortos. Já temos no hospital cerca de 20, e estamos a todo o momento a transportar. Vai agora mais outro carro buscar mais mortos e, por aquilo que vimos, nas casas que (...) estivemos a abrir e a arrombar, ainda se supõe que haja um número de cadáveres e outros arrastados pelos campos e pelas vinhas.

Em Odivelas⁴³, na terça feira, Luís Filipe Costa entrevista um bombeiro sobre os corpos que continuam a ser encontrados e a necessidade de ferramentas que ajudem a limpar Odivelas da lama. O repórter enfatiza a presença espontânea de estudantes nos locais onde a tragédia mais se faz sentir. Uma estudante fala-lhe dos prejuízos materiais encontrados e do número de mortos que continua a crescer: “Ainda ali está um corpo por retirar e retiraram esta manhã outro”.

Num outro ponto de Odivelas, Luís Filipe Costa fala na “voz do medo e do pânico”, que ali se fez ouvir. Um popular faz um relato comovente:

A gente abria uma janela ali daquele lado e só ouvia gritos de socorro em cima dos telhados. A gente não tinha quem nos salvasse à gente como é que podíamos ir salvar os outros?

O património sonoro do RCP, ainda que escasso, mostra-nos repórteres em busca de testemunhos à margem das vozes mais institucionais. A escuta de bombeiros, de estudantes e das populações mais desprotegidas – mesmo sem a possibilidade do direto nos locais – refletem a vitalidade do acontecimento, o alargamento do espectro das vozes que são notícia em rádio, e uma ligação estreita entre quem faz e

⁴¹ Entrevista pessoal a João Paulo Guerra, Lisboa (2014, 07 de maio).

⁴² Arquivo Sonoro da RTP, Fundo RCP, AHD9119-11, Reportagem no Carregado (1967, 27 de novembro).

⁴³ Arquivo Sonoro da RTP, Fundo RCP, AHD9119-12, Reportagem em Odivelas (1967, 29 de novembro).

escuta rádio. Como salienta o crítico da *Plateia*, os profissionais do RCP “não pouparam telefonemas, saídas, transparecendo em todos eles uma humana comunhão com a horrível tragédia que tantos lares atingiu.”⁴⁴

6. Notas finais

Este estudo põe em evidência a intensidade com que o episódio das inundações de 1967 se transforma, recorrendo à expressão de Nora, num “vulcão de atualidade” na rádio. Os testemunhos dos profissionais e os sons de arquivo mostram um acontecimento que estiliza a ordem inscrita na agenda do regime, que apanha desprevenidos os cidadãos em condições de miséria, e que rompe completamente as rotinas dos profissionais do RCP naqueles dias.

O acontecimento emerge na sua natureza conflitual, intempestiva e de rutura, e é acompanhado ao momento, em direto dos estúdios do RCP, numa maratona informativa que mobiliza todos os profissionais, e que é legitimada pelo proprietário da estação. Se não fosse aquela narrativa sonora, o acontecimento só seria transportado para lá do perímetro dos bairros clandestinos de Lisboa na manhã seguinte, através dos jornais.

Os sinais e dinâmicas do acontecimento, incómodos para o regime, fizeram-se ouvir numa estação de rádio mergulhada no próprio xadrez ideológico do poder político. A vontade de estar “na primeira linha da informação”, ofuscando publicamente a Emissora Nacional, e recolhendo os dividendos de uma popularidade forjada na mediatização do acontecimento, revelou-se, a Botelho Moniz, mais sedutora do que o prudente silêncio.

O caso das cheias evidencia também como o jornalismo radiofónico se soube impor no panorama mediático dos finais da década de 1960. Os “rapazes” do RCP, em contraste com a atitude da EN, deram provas de ousadia, e mostraram, na prática, a flexibilidade e a agilidade da rádio face ao imprevisto e às situações de emergência. Perseguiram a informação e utilizaram o direto da emissão contínua para uma maior sincronia entre a rádio e a realidade dos atingidos pela catástrofe. Nos locais de crise, exploraram a reportagem radiofónica e deram voz aos cidadãos, numa atitude menos formal e de proximidade. A cobertura radiofónica das inundações, que divulgou e deu peso ao acontecimento, constitui um marco importante na história do jornalismo e dos jornalistas radiofónicos em Portugal.

A Censura, em vésperas da morte política de Salazar, não obstante os limites que a breve trecho foi impondo, não foi suficientemente robusta para, no imediato, domar o acontecimento e a informação na sua globalidade. Os dispositivos de controlo do Estado Novo são ultrapassados pela natureza disruptiva e imprevista do acontecimento, e pela adesão rápida dos cidadãos e dos jornalistas que têm consciência da dimensão do acontecimento e o querem inscrito no espaço público. Como nos disse João Paulo Guerra: “Nós próprios, ali, naqueles locais, tínhamos noção de que aquilo era uma coisa que se estava a agigantar, até do ponto de vista jornalístico”.

⁴⁴ *Plateia* (1967, 12 de dezembro).

Referências bibliográficas

- Accornero, G. (2009). *Efervescência estudantil: Estudantes, acção contenciosa e processo político no final do Estado Novo*. (Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal). Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/321>
- Alvim, P. (1968). Os mortos e os fósforos. In P. Alvim et al., *O homem na cidade: Crónicas* (pp. 3–5). Lisboa.
- Amaral, I. (1968). As inundações de 25/26 de Novembro de 1967 na região de Lisboa. *Finis-terra*, 3(5), 79–84.
- Araújo, A. (2011). *A oposição católica no marcelismo: O caso da Capela do Rato*. (Tese de doutoramento, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, Portugal). Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.14/8527>
- Azevedo, C. (1999). *A Censura de Salazar e Caetano*. Lisboa: Caminho.
- Balsebre, A. (2001). *Historia de la radio en España (1874-1939)*. (Vol. I). Madrid: Catedra.
- Barreto, J. (1999). A Censura em Portugal (1926-1974). In A. Barreto & M. F. Mónica (Eds.), *Dicionário de História de Portugal* (Vol. VII, pp. 275–284). Porto: Figueirinhas. Disponível em https://www.academia.edu/6749490/A_Censura_em_Portugal_1926-1974_
- Bonix, L. (2009). *A informação radiofónica: Rotinas e valores-notícia da reprodução da realidade na rádio portuguesa. A Internet como cenário emergente*. (Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal).
- Briggs A., & Burke, P. (2006). *Uma História Social da Mídia: De Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Cabrera, A. (2006). *Marcello Caetano: Poder e imprensa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Cardina, M. (2008). *A tradição da contestação: Resistência estudantil em Coimbra no marcelismo*. Coimbra: Angelus Novus.
- Carvalho, A. (1999). *A censura à imprensa na época marcelista*. Coimbra: MinervaCoimbra.
- Correia, F., & Baptista, C. (2007). *Jornalistas: Do ofício à profissão*. Lisboa: Caminho.
- Costa, F. S., Cardina, M., & Vieira, A. (2014). Inundações na região de Lisboa (1967): Um olhar sobre o impacto político e social. In *Actas del VIII SLAGF Simposio Latinoamericano de Geografía Física y IV SIAGF Simposio Iberoamericano de Geografía Física* (pp. 1263–1271). Santiago do Chile.
- Costa, F. S., Cardina, M., & Vieira, A. (2016). As inundações de 1967 na região de Lisboa: Uma catástrofe com diferentes leituras. *Investigaciones Geográficas*, 51, 103–114.
- Cristo, D. (2005). *A rádio em Portugal e o declínio do regime de Salazar e Caetano (1958-1974)*. Coimbra: MinervaCoimbra.
- Dayan, D., & Katz, E. (1999). *A história em directo: Os acontecimentos mediáticos na televisão*. Coimbra: Minerva.
- Franco, G. (1993). *A censura à imprensa (1820-1974)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Kepplinger, H. M. & Habermeyer, J. (1995). The impact of key events on the presentation of reality. *European Journal of Communication*, 10(3), 371–390. <https://doi.org/10.1177/0267323195010003004>
- Maia, J. M. (2009). *A telefonia: Memórias da rádio*. Lisboa: Âncora Editora.
- Mesquita, M. (2003). *O Quarto Equívoco: O poder dos media na sociedade contemporânea*. Coimbra: MinervaCoimbra.
- Nora, P. (1987). O regresso do acontecimento. In J. Le Goff & P. Nora (Eds.), *Fazer história: Novos problemas* (pp. 243-262). (Vol. 1). Venda Nova: Bertrand Editora.
- Nora, P. (1991). O acontecimento e o historiador do presente. In J. Le Goff, E. Le Roy Ladurie, & G. Duby et al. (Eds.), *A Nova História* (pp. 45–54). Lisboa: Edições 70.
- Oliveira, L. T., & Silva, M. (2013). O ativismo estudantil no IST (1945–80). In J. F. Branco (Ed.),

- Visões do Técnico, no centenário (1911–2011)* (pp. 307–370). Lisboa: ISCTE.
- Pena Rodríguez, A. (1998). *El gran aliado de Franco. Portugal y la guerra civil española: Prensa, radio, cine y propaganda*. A Coruña: Edicions do Castro.
- Pimentel, I. F. (2013). *História da oposição à ditadura (1926–1974)*. Porto: Figueirinhas.
- Quéré, L. (2005). Entre o facto e sentido: a dualidade do acontecimento. *Trajectos*, (6), 59–75.
- Ramos, C., & Reis, E. (2001). As cheias no sul de Portugal em diferentes tipos de bacias hidrográficas. *Finisterra*, 36(71), 61–82.
- Rebelo, F. (1997). Risco e crise nas inundações rápidas em espaço urbano: Alguns exemplos portugueses analisados a diferentes escalas. *Territorium*, 4, 29–47.
- Rebelo, F. (2008). Um novo olhar sobre os riscos? O exemplo das cheias rápidas (“flash floods”) em domínio mediterrâneo. *Territorium*, 15, 7–14.
- Rebelo, J. (2006). Os acontecimentos mediáticos como actos de palavra. *Revista Científica de Información y Comunicación*, 3, 17–28.
- Ricoeur, P. (1991). Événement et sens. In *L'espace et le temps. Actes du XXIIe Congrès de l'Association des Sociétés de Langue Française (Dijon, 1988)* (pp. 9–21). Dijon/Paris: Société Bourguignonne de Philosophie/Vrin. Disponível em http://www.fondsriceur.fr/uploads/medias/articles_pr/evenement-et-sens.pdf
- Rodrigues, A. D. (1999). O acontecimento. In N. Traquina (Ed.), *Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”* (pp. 27–33). Lisboa: Vega.
- Santos, R. (2014). *A rádio em Portugal: “Sempre no Ar, Sempre Consigo” (1941–1968)*. Lisboa: Colibri.
- Santos, R. (2017a). *Estudos da rádio em Portugal*. Lisboa: Universidade Católica.
- Santos, R. (2017b). *A Emissora Nacional e as mudanças políticas (1968–1975)*. Coimbra: Minerva Coimbra.
- Santos, R. (2018). *Sintonias da rádio em Lisboa (1924–1975)*. Lisboa: Colibri.

Nota biográfica

Cláudia Henriques é doutoranda do Programa de Doutoramento FCT em Estudos de Comunicação: Tecnologia, Cultura e Sociedade, com bolsa de doutoramento da FCT. Mestre em Jornalismo pela NOVA FCSH. Investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho.

ORCID ID: 0000-0002-6548-2886

Email: claudia.henriques@sapo.pt

Morada: Universidade do Minho, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal.

Financiamento

Investigação desenvolvida no âmbito do Doutoramento FCT em Estudos de Comunicação: Tecnologia, Cultura e Sociedade, do qual a autora é bolseira (PD/BD/128176/2016).

*Submetido Received: 2019.02.11

*Aceite /Accepted: 2019.08.03